

Os últimos indícios da comunidade científica nacional, nos domínios da História da Arte, apontam para o facto de algumas universidades despertarem, finalmente, para a abordagem das Artes Decorativas enquanto área científica e objecto sistemático de investigação. Isto alenta-nos a continuar a tarefa que iniciámos há anos, abrindo, na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, o primeiro mestrado em Artes Decorativas, com edições em Lisboa e no Porto, e os primeiros doutoramentos tutoriais em Arte – Especialidade de Artes Decorativas.

A investigação que desde esses tempos conseguimos congregarmos, tanto em torno da *Revista de Artes Decorativas*, como das *Matrizes da Investigação em Artes Decorativas*, consolidar-se-á com a aposta numa nova trajectória do grupo de Artes Decorativas do CITAR. Trata-se do projecto “As Artes Decorativas nos Açores”, iniciado na ilha de S. Miguel, que já arrancou em 2012 e de que o ano de 2013 trará importantes resultados. Nele colabora um largo número de investigadores de São Miguel e do continente, fornecendo os esteios que nos permitirão compreender uma realidade insular rica e diversificada, em várias temáticas, como os indicadores desse programa de investigação a seu tempo evidenciarão.

A recolha de documentação e registo de peças, conjuntos e ambientes, tendo por especiais objectivos a investigação e a divulgação do Património, apresentam-se como um contributo efectivo para a sua preservação, numa óptica de integração na realidade nacional e internacional, sobretudo com as interfaces da Europa, do Brasil e do Oriente, que os Açores, como palco giratório entre essas três realidades artísticas, poderá testemunhar.

O presente número da *Revista de Artes Decorativas* apresenta a já tradicional sistematização dos contributos científicos, agrupados por artigos, nótulas e documentação. A temática geral, mas não exclusiva, deste número, girará em volta de Lisboa como local de importação e exportação de Artes Decorativas, abrindo-se, no entanto, a outras abrangências geográficas, que nos pareceu oportuno incluir. Aliás, esta matriz de diversidade geográfica, cronológica e temática permanecerá como testemunho dos principais vectores desta publicação científica no futuro.

Abrimos com um artigo de Maria João Pacheco Ferreira, relativo à reconversão dos têxteis em Portugal na centúria de Quinhentos, nomeadamente pelas elites no seu quotidiano e, também, pela Igreja. Estas peças, então parentes ricos, na generalidade, das Artes Decorativas, transformaram-se em parentes pobres da investigação, tendo recebido, nos últimos anos, importantes subsídios para um conhecimento mais apurado do seu uso, em diversas vertentes, através dos trabalhos desta investigadora.

Com as notas de investigação de Teresa Leonor Vale se compõe o seguinte trabalho, centrado no envio de peças de pintura e Artes Decorativas desde Itália para Portugal durante o reinado do Magnânimo. A professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa faz referências a tipologias de peças remetidas para a capital portuguesa, enquadráveis nos domínios da ourivesaria, têxteis e mobiliário, que com probabilidade terão funcionado como factores de influência romana em Portugal, durante a primeira metade de Setecentos.

Quanto ao estudo de Maria do Rosário Salema de Carvalho, nele descobrimos novas perspectivas sobre o percurso do azulejo em Lisboa, através do estudo do regimento dos ladrilhadores e outros documentos conexos. O período histórico em consideração começa no século XVII (1608) e avança até à segunda metade do século XVIII, com as análises efectuadas aos distintos testemunhos referentes ao ofício de ladrilhador ou azulejador. O artigo surge complementado com notas biográficas de alguns ladrilhadores, referenciados num documento que contém alterações ao regimento e que se encontra datado de 1736.

Terminamos os artigos com o contributo de Nuno Grancho, referente às pratas apreendidas pelos franceses em 1808 e às peças das instituições religiosas nacionalizadas em 1834, estabelecendo um minucioso registo e análise das distintas tipologias em falta na região de Elvas, em ambas as ocasiões, e que surgem devidamente contextualizados.

Em relação às nótulas, estas abrem com um estudo sobre aspectos decorativos da encadernação do foral quinhentista de Viana, através da análise de Margarida Cunha Seixas. Segue-se o trabalho de Miguel Soromenho, relativo a novos dados para o conhecimento do importante conjunto de Artes Decorativas que o 1.º marquês da Fronteira, D. João de Mascarenhas, mandou vir de distintas partes da Europa. A expressão de poder marcava as manifestações da nobreza do período posterior à Restauração, procurando adornar os seus palácios com peças de qualidade. Muito deste universo se perderia em 1755, com o terrífico Terramoto e sucessivo incêndio de parte da capital portuguesa.

Isabel Drumond Braga fornece-nos elementos para o conhecimento da prata da princesa D. Isabel Luísa Josefa (1669-1689), filha de D. Pedro II, que viveu entre 1669 e 1690, e a cujo inventário se procedeu em 1692, após a sua morte. Rui Galopim de Carvalho apresenta uma leitura sobre os distintos talhes de diamantes existentes na joalheria portuguesa entre os séculos XVI e XVIII, acompanhando o gosto e as modas verificadas na Europa. Quanto ao trabalho de João Pedro Gomes, este versa sobre o comércio de faiança entre Lisboa e a cidade da Baía, no Brasil, nos séculos XVI e XVII, reflectindo em torno do envio e uso de peças de faiança na capital da então colónia brasileira.

Duas últimas nótulas para abordar questões da ourivesaria em Portugal no século XIX. Luísa Villarinho Pereira publica diversos apontamentos para o estudo de Paul Mallet (1761?-1844), ourives do ouro que trabalhou em Lisboa, sendo detentor de uma fábrica de bijuteria na Rua Áurea. Maria João Burnay aborda diversos aspectos da escrivadinha de viagem do rei D. Pedro IV, pertencente ao acervo do Museu do Palácio da Ajuda.

Rematamos o presente número com a publicação de documentos, nomeadamente as três novas aportações de Pedro Pinto, datáveis de Quinhentos e de inícios do século XVII: a visitação do Convento e Mosteiro de Santos (Lisboa), em 1513; o inventário do Hospital de Todos-os-Santos (Lisboa), em 1564; e o inventário e partilhas dos bens do Dr. António Gomes Rodovalho, do Desembargo do Paço, de 1603. Maria Alexandra Gago da Câmara disponibiliza, igualmente, a transcrição de excertos do epistolário trocado entre D. Filipe de Sousa, morgado do Calhariz, e o conde de Tarouca, embaixador na Paz de Utrecht, na Holanda, sobre a encomenda de azulejos nessa cidade dos Países Baixos.

GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA

*Director*